

Assembléias querem tirar

As Assembléias Legislativas dos estados querem mais poder. Para isso, iniciaram ontem no Congresso um lobby a favor de emenda constitucional que lhes dê também o direito de legislar sobre águas, energia, informática, telecomunicações, jazidas, minas e sistemas de consórcios e sorteios.

Presidentes de 22 das 26 assembléias legislativas e da Câmara Distrital de Brasília estiveram ontem com o presidente Fernando Henrique Cardoso para um almoço. À tarde, foram ao presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), e ao segundo vice-presidente da Câmara, Beto Mansur (PPR-SP). Defenderam o aumento de seus poderes e pediram o apoio de todos os que encontraram.

O coordenador do colegiado de presidentes das assembléias e presidente da Assembléia de Minas, Agostinho Patrús (PSDB), disse que, por causa das limitações, há leis inconstitucionais em vigor em diversos lugares. Ele citou o caso da obrigatoriedade do uso do cinto de segurança em Brasília, São Paulo e Belo Horizonte, cuja decisão é exclusiva da União, mas foi tomada pelas assembléias locais.

Salários — Os presidentes das assembléias disseram a Fernando Henrique, a Sarney e a Beto Man-

sur que representam praticamente todas as correntes políticas do País e que concordam em adquirir também o poder de legislar sobre matérias da União, de responsabilidade do Congresso. Os dirigentes das assembléias estavam tão unidos que todos afirmavam ser de R\$ 6 mil o salário dos deputados estaduais. Sabe-se que a questão não é bem assim: no Acre, por exemplo, os salários podem chegar a R\$ 14 mil; em Minas, a R\$ 11,3 mil. No Pará, há compensação para os custos de viagem.

Em carta entregue aos presidentes da República e do Senado e ao segundo-vice da Câmara, os deputados estaduais afirmaram que as assembléias legislativas estão em crise, alimentada por uma lacuna legal, existente na Constituição. Por causa da limitação de funções, têm problemas de legitimidade.

O presidente da Assembléia do Ceará, Cid Gomes, irmão do ex-governador e ex-ministro Ciro Gomes, disse que 90% dos projetos que tramitam ali correspondem a requerimentos; 5% são de iniciativa do Executivo e do Judiciário e os outros 5% ficam com o Legislativo. Destes 5%, a metade dos projetos é vetada pelo Executivo, por serem considerados inconstitucionais.

poderes do Congresso

Givaldo Barbosa